



**PROCESSO LICITATÓRIO CREF2/RS Nº 000018/2018**

**MODALIDADE** : PREGÃO ELETRÔNICO  
**TIPO** : MENOR PREÇO

O Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região – CREF2/RS e esta Pregoeira, designado pela Portaria 2018/000127, de 12 de novembro de 2018, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DIA: 19/12/2018

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 9h

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 9h15min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**1 DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em impressão gráfica de 16.200 (dezesesseis mil e duzentos) exemplares da Agenda 2019 do CREF2/RS, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste edital.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Licitações-E e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**2 DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 114.858,00 (cento e quatorze mil e oitocentos e cinquenta e oito reais), conforme os valores constantes no Anexo I, Capítulo 3. Orçamento Estimado.

2.2 As despesas decorrentes deste pregão correrão à conta dos recursos específicos: 6.2.2.1.01.01.040 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

**3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

3.2 Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para o acesso ao sistema eletrônico, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CREF2/RS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 A licitante deverá comunicar imediatamente ao órgão provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.6 Não poderão participar deste Pregão:

3.6.1 Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão.

3.6.2 Autor do projeto, básico ou executivo;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.6.4 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.6.5 Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

3.6.6 Empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou empregado em exercício no CREF2/RS e no sistema CREF/CONFED, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e empregados do CREF2/RS, bem como empregados a serem utilizados na prestação dos serviços que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou empregados do CREF2/RS;

3.6.7 Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, na forma definida no art. 7º da Lei 10.520/2002, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos (inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93), excetuando-se as análises de casos concretos levados à apreciação do Poder Judiciário.

#### 4 DA PROPOSTA

4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio do envio da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com observância da data e horário limite estabelecidos.

4.2 O envio da proposta pressupõe o conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. As licitantes declararão no sistema, antes de registrar suas propostas, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

4.3 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total ofertado, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.3.1 Para o valor unitário do item, serão admitidas até 4 (quatro) casas decimais.

4.4 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

4.5 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.6 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.7 A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.7.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

#### 5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

5.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

#### 6 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.1.1 Nesta etapa, as propostas apresentadas com valores superiores aos constantes do Anexo I, Capítulo 3 – Orçamento Estimado do Edital, não serão objetos de desclassificação.

6.2 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

#### 7 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

- 7.2 Os lances serão no valor global dos materiais. Na contratação, para o cálculo do valor unitário dos materiais, será dividido o valor do lance pela quantidade total de unidades licitadas. No caso em que esta divisão resultar em um valor unitário com centavos, serão considerados, SOMENTE, as 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.
- 7.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.4 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 7.5 Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 7.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.7 Durante a fase de lances, A Pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 7.8 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.9 No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br).
- 7.10 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeira. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

## 8 DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 8.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.1.2 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.1.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 8.2 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 8.3 Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste capítulo, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

## 9 DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1 A Pregoeira poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## 10 DA CARTA-PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a carta proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II - Modelo de Carta Proposta, e os documentos habilitatórios, no prazo de 2 (duas) horas, contado do encerramento da sessão pública, preferencialmente, por meio do Sistema ou do endereço eletrônico [liziane.soares@crefrs.org.br](mailto:liziane.soares@crefrs.org.br). Os originais deverão ser encaminhados, impreterivelmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para o CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICITAÇÕES - Rua Coronel Genuíno 421 - conjunto 401 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS - CEP 90010-350.
- 10.2 A Pregoeira examinará a carta proposta quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.3 A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CREF2/RS ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.4 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.5 Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados no Anexo I, Capítulo 3, ou com preços manifestamente inexequíveis, na forma definida pelo artigo 48, da Lei nº 8.666/93, preços baseados em cotações de outros licitantes ou, ainda, que desatendam a quaisquer das exigências contidas no presente Edital.

10.6 A Carta Proposta deve discriminar pormenorizadamente o produto cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos, indicando, ainda, somente uma marca para cada item, sob pena de desclassificação da proposta.

10.7 A habilitação da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar consiste na verificação de sua regularidade fiscal, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, que poderá ser efetuada junto ao SICAF ou junto ao CREF2/RS.

10.8 Habilitação por meio do SICAF:

10.8.1 A licitante que optar pela habilitação por meio do SICAF, registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal, deverá atender às seguintes exigências:

10.8.1.1 Satisfazer os requisitos relativos à fase inicial de habilitação preliminar que se processará junto ao SICAF.

10.8.1.2 A licitante deverá atender às condições exigidas para cadastramento no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.8.1.3 Estar cadastrado para a linha de fornecimento compatível com o objeto licitado.

10.8.1.4 Apresentar, no SICAF, todos os índices relativos à situação financeira maiores que 1,0 (um).

a) as empresas que apresentarem qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverão comprovar possuir patrimônio líquido 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

10.8.2 À licitante, cuja documentação relativa à regularidade fiscal e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida, será facultada a apresentação da documentação atualizada aa Pregoeira na forma do item 10.1 deste Edital.

10.9 Habilitação junto ao CREF2/RS:

10.9.1 A licitante que optar pela habilitação junto ao CREF2/RS, deverá apresentar os seguintes documentos:

10.9.1.1 Habilitação Jurídica:

a) Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da carta-proposta e das declarações constantes nos anexos deste Edital. Caso o mesmo não seja responsável legal pela empresa licitante, apresentar procuração conferindo poderes para praticar atos junto à Administração Pública.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.9.1.2 Regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

10.9.1.3 Qualificação econômico-financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor, acompanhado do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos que comprovem possuir a licitante boa situação financeira.

b) a comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

SG = Ativo Total/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

LC = Ativo Circulante/Passivo Circulante

b.1) as empresas que apresentarem qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverão comprovar possuir patrimônio líquido 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

10.9.2 Em qualquer situação (habilitação por Sicaf ou junto ao CREF2/RS), a licitante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para a abertura da sessão.

b) Declarações assinadas por Diretor ou Representante Legal da Empresa, devidamente identificada por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado, sem rasuras entrelinhas ou emendas, que contemple:

b.1) Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Anexo VII.

b.2) Declaração de fatos impeditivos (na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93), conforme Anexo III.

b.3) Declaração de que não emprega menor (na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e Anexo A do Decreto nº 4.358/02), conforme Anexo IV.

b.4) Declaração de parentesco, conforme Anexo V.

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. Os atestados deverão conter:

c.1) nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax).

c.2) local e data de emissão.

c.3) nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

c.4) comprovação de capacidade de fornecimento de, pelo menos, 100 % (cem por cento) da quantidade apresentada no Anexo I deste Edital. Para atendimento do quantitativo indicado, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação e obedecendo a um mínimo de 50% de atendimento do quantitativo total.

c.5) data do fornecimento.

c.6) outros.

10.10 A não apresentação dos documentos exigidos neste capítulo implicará desclassificação da proposta e a aplicação das penalidades previstas no capítulo 15 do Edital - Sanções Administrativas.

10.11 As licitantes que alegarem estar desobrigadas da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos na fase habilitatória deverão comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, apresentados na forma indicada no item anterior.

10.12 Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Também nessa etapa a Pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor, nos termos do item 9 deste Edital.

10.12.1 Na hipótese de aplicação da prerrogativa do item anterior, a licitante deverá cumprir rigorosamente o capítulo 10 do Edital.

10.13 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.



10.14 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

10.15 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **11 DA AMOSTRA**

11.1 A licitante detentora da melhor proposta poderá ser convocada para, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, enviar amostra para análise, observando com rigor e sem exceção todas as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, no endereço Rua Cel. Genuíno, nº 421, conjunto 401, em Porto Alegre/RS.

11.2 As amostras somente serão recebidas se estiverem devidamente identificadas, uma a uma, indicando em etiquetas o nome da empresa licitante, os números do prego, do lote e do item a que se referem.

11.3 A administração analisará as amostras no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

11.4 Será desclassificada a proposta da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não apresentá-la no prazo estabelecido.

11.5 Em caso de desclassificação da proposta vencedora serão solicitadas as amostras do segundo colocado e assim sucessivamente obedecida à ordem de classificação das licitantes.

11.6 Após o fim do procedimento licitatório, o CREF2/RS disponibilizará para retirada a(s) amostra(s), no estado em que se encontrar(em), no prazo máximo de 10 dias corridos. Transcorrido esse prazo, os produtos serão inutilizados e descartados.

11.7 A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Edital.

## **12 DO RECURSO**

12.1 Declarada a vencedora, A Pregoeira abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza A Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

12.2 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.4 Não serão conhecidas razões e contrarrazões apresentados fora do prazo legal, enviadas por outro meio que não seja o sistema Licitações-E e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

12.5 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

12.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante autor da proposta ou lance de menor preço será declarado vencedor e o objeto será adjudicado.

13.2 O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

13.3 A homologação deste Pregão compete ao Presidente do CREF2/RS.

13.4 O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à licitante vencedora do grupo de itens.

## **14 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

14.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do Termo de Contrato, e respectiva Nota de Empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 2ª REGIÃO CREF2/RS



Profissional registrado, compromisso com a sociedade.

14.1.1 Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

14.2 O prazo para assinatura do Termo de Contrato e da retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CREF2/RS.

14.3 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

14.4 Quando a licitante convocada não retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para retirar a nota de empenho, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

### 15 DAS SANÇÕES

15.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no Sicaf e no cadastro de fornecedores do CREF2/RS, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

15.1.1 Cometer fraude fiscal;

15.1.2 Apresentar documento falso;

15.1.3 Fizer declaração falsa;

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 Não retirar a Ordem de Serviço (ODS) e nota de empenho no prazo estabelecido;

15.1.6 Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

15.1.7 Não manter a proposta.

15.2 Para os fins do item 15.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

### 16 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [liziane.soares@crefrs.org.br](mailto:liziane.soares@crefrs.org.br), até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

16.1.1 A original da impugnação deverá ser endereçado ao CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICITAÇÕES - Rua Coronel Genuíno 421 - conjunto 401 – Centro Histórico – Porto Alegre/RS – CEP 90.010-350 e dirigidos ao Pregoeira.

16.2 O Pregoeira, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.4 A formalização de consultas referentes ao procedimento licitatório deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico [liziane.soares@crefrs.org.br](mailto:liziane.soares@crefrs.org.br), endereçadas à pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sendo respondidas diretamente no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no campo “MENSAGENS”, no link correspondente a este edital.

16.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

### 17 DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

17.2 É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.3 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, A Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.



## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 2ª REGIÃO CREF2/RS



Profissional registrado, compromisso com a sociedade.

17.3.1 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

17.4 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

17.5 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do CREF2/RS, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

17.6 Todas as referências de tempo do edital observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.7 Caso não haja indicação nos prazos estabelecidos neste edital e termo de contrato, a contagem dos mesmos será em dias corridos.

17.8 Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeira.

### 18 DOS ANEXOS

18.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

18.1.1 Anexo I – Termo de Referência;

18.1.2 Anexo II – Modelo de Carta Proposta

18.1.3 Anexo III – Declaração de fatos impeditivos (na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93)

18.1.4 Anexo IV – Declaração de que não emprega menor (na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e Anexo A do Decreto nº 4.358/02).

18.1.5 Anexo V – Declaração de parentesco

18.1.6 Anexo VI – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

18.1.7 Anexo VII – Minuta do Termo de Contrato

### 19 DO FORO

19.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto alegre, 07 de dezembro de 2018.

Liziane do Espírito Santo Soares  
Pregoeira



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 20 OBJETO

20.1 O objeto desta contratação é a confecção e fornecimento de impressão gráfica de exemplares da Agenda 2019 do CREF2/RS, conforme especificações constantes do quadro abaixo:

AGENDA 2019 DO CREF2/RS
<p><b>Formato:</b> 110 x 192 mm</p> <p><b>Capa:</b> Capa e contracapa: 115 x 197 mm, em papelão – revestido por papel couchê 150 g/m<sup>2</sup>, impressão 4x0 – acabamento com laminação fosca na frente em ambas as capas. Folhas de guarda (coladas na capa e contra-capas): em papel alta alvura de 180 g/m<sup>2</sup>, sem impressão</p> <p><b>Miolo:</b> 160 páginas, 110 x 192 mm, 1X1 cor em Off-set 63 g/m<sup>2</sup></p> <p><b>Lombada:</b> Colocação de wire-o com furação quadrada, na cor que melhor combinar</p> <p><b>Embalagem:</b> Invólucro individual, em polietileno preto de baixa densidade, lacrado, com impressão 1x0 na cor branca</p> <p><b>Arte gráfica:</b> Capa e miolo personalizados definidos e enviados pelo CREF2/RS</p> <p><b>Prova:</b> Impressão completa do material (capa, miolo e embalagem) com acabamento, que deve ser encaminhada via sedex para aprovação conforme prazos estabelecidos em contrato.</p> <p><b>Quantidade:</b> 16.200 (dezesesseis mil e duzentos)</p>

20.2 A impressão deve atender ao especificado no item 1.1 não sendo admitida qualquer alteração, tanto na impressão, quanto na arte gráfica, que será personalizada e definida pelo CREF2/RS sendo de sua inteira responsabilidade.

20.3 A contar do envio da arte, deverá ser entregue prova (boneco) com impressão completa do material (capa, miolo e embalagem) e acabamento, que deve ser encaminhada ao CREF2/RS no prazo de até 5 (cinco) dias. A reprovação da prova implica no reenvio da mesma de forma impressa ou arquivo PDF, a critério do CREF2/RS. O prazo para reenvio da prova será de 3 (três) dias corridos para prova impressa e 2 (dois) dias para prova em PDF. O CREF2/RS enviará expressamente a aprovação da prova juntamente com a ODS para produção do material.

20.4 A reprovação da prova implica no reenvio da mesma de forma impressa ou arquivo PDF, a critério do CREF2/RS.

20.5 O CREF2/RS enviará expressamente a aprovação da prova.

### 21 PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

21.1 Serão enviadas Ordens de Serviço (ODS) para produção e entrega do material, nesta estarão definidas a quantidade e o local de entrega, dentro de Porto Alegre.

21.1.1 As duas entregas serão realizadas em Porto Alegre na mesma data em endereços diferentes.

21.2 O prazo para entrega do primeiro pedido é de 15 (quinze) dias corridos a contar do envio da ODS e da aprovação da prova.

### 22 ORÇAMENTO ESTIMADO

22.1 A despesa total com a execução do objeto desta licitação é de R\$ 114.858,00 (cento e quatorze mil e oitocentos e cinquenta e oito reais) o valor global, sendo o valor unitário de R\$ 7,09 (sete reais e nove centavos).

## **23 LOCAL DE ENTREGA**

23.1 Em Porto Alegre, em endereço definido na Ordem de Compra especificado pelo Conselho.

## **24 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

24.1 As despesas decorrentes deste pregão correrão à conta dos recursos específicos: 6.2.2.1.01.01.040 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

## **25 ENCARGOS DAS PARTES**

25.1 As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

25.2 A contratada deve:

25.2.1 Todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

25.2.2 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do avençado.

25.2.3 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CREF2/RS a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

25.2.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 2 (dois) dias corridos, contado da solicitação do CREF2/RS, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções.

25.2.5 Responder pelos danos causados diretamente ao CREF2/RS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos.

25.2.6 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos produtos.

25.2.7 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao CREF2/RS provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

25.3 São expressamente vedadas à contratada:

25.4 A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização do CREF2/RS;

25.5 A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

25.6 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CREF2/RS, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, durante o período de fornecimento.

25.7 O CREF2/RS deve:

25.8 Emitir a Ordem de Compra.

25.9 Enviar as artes dos materiais a serem impressos.

25.10 Nomear fiscal para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

25.11 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.

25.12 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **26 RECEBIMENTO DO OBJETO**

26.1 Os produtos serão recebidos:

26.1.1 Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação e com a amostra aprovada, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva Ordem de Compra/Nota de Empenho.

26.1.2 Definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento provisório;

26.2 O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

26.3 O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas e com as provas aprovadas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CREF2/RS as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

## 27 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO DA ATA

27.1 Apresente ata fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 000018/2018 constante dos processos PAC 2018/000084, bem como à proposta da contratada.

## 28 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

28.1 A contratante realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento definitivo dos produtos e da apresentação do documento fiscal correspondente.

28.1.1 A nota fiscal será emitida no valor total em Reais (R\$), considerando os valores em centavos com apenas as duas primeiras casas decimais, sendo eliminadas as casas decimais a partir da terceira.

28.2 O pagamento será realizado por meio de boleto emitido pela contratada, sem custo, e encaminhado juntamente com a nota fiscal.

28.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

28.3.1 O descumprimento, pela contratada, do estabelecido no item 9.3, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

28.3.2 A contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste contrato.

28.3.3 No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

28.3.4 O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

28.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não podendo acarretar qualquer ônus adicional para o CREF2/RS, nem deverá haver prejuízo do fornecimento dos serviços prestados pela CONTRATADA.

## 29 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

29.1.1 Apresentar documentação falsa;

29.1.2 Fraudar a execução do contrato;

29.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

29.1.4 Cometer fraude fiscal; ou

29.1.5 Fizer declaração falsa.

29.2 Para os fins do item 12.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

29.3 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento ou de inexecução do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 12.4, 12.5 e 12.6 abaixo, com as seguintes penalidades:

29.3.1 Advertência.

29.3.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CREF2/RS, por prazo não superior a dois anos;

29.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

29.3.4 Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos.

29.4 Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita a multa equivalente a 1% (um por cento) do valor unitário do bem em atraso, por dia, por unidade, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor empenhado.

29.4.1 Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega até o limite de 20 (vinte) dias.

29.5 Em caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do valor empenhado.

29.5.1 Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega superior a 20 (vinte) dias.

29.6 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.

29.6.1 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

29.6.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

29.7 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

### 30 FISCALIZAÇÃO E ATESTO

30.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

30.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

30.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA  
PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000018/2018

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/Fax:

Nome do Representante Legal:

Identidade do Representante Legal:

CPF do Representante Legal:

AGENDA 2019 DO CREF2/RS

**Formato:** 110 x 192 mm

**Capa:**

Capa e contracapa: 115 x 197 mm, em papelão – revestido por papel couchê 150 g/m<sup>2</sup>, impressão 4x0 – acabamento com laminação fosca na frente em ambas as capas.

Folhas de guarda (coladas na capa e contra-capas): em papel alta alvura de 180 g/m<sup>2</sup>, sem impressão

**Miolo:**

160 páginas, 110 x 192 mm, 1X1 cor em Off-set 63 g/m<sup>2</sup>

**Lombada:**

Colocação de wire-o com furação quadrada, na cor que melhor combinar

**Embalagem:**

Invólucro individual, em polietileno preto de baixa densidade, lacrado, com impressão 1x0 na cor branca

**Arte gráfica:**

Capa e miolo personalizados definidos e enviados pelo CREF2/RS

**Prova:**

Impressão completa do material (capa, miolo e embalagem) com acabamento, que deve ser encaminhada via sedex para aprovação conforme prazos estabelecidos em contrato.

**Quantidade:**

16.200 (dezesseis mil e duzentos)

**Valor unitário:** R\$ xxxxxxxxxxx,xxxx (xxxxxxxxxxxxxx)

**Valor total:** R\$ xxxxxxxxxxx,xxxx (xxxxxxxxxxxxxx)

**Entrega:**

Serão enviadas Ordens de Serviço (ODS) para produção e entrega do material, nesta estarão definidas a quantidade e o local de entrega, dentro de Porto Alegre.

As duas entregas serão realizadas em Porto Alegre na mesma data em endereços diferentes.

O prazo para entrega do primeiro pedido é de 15 (quinze) dias corridos a contar do envio da ODS e da aprovação da prova.

**Validade da Proposta:**

60 dias



**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 2ª REGIÃO  
CREF2/RS**



Profissional registrado, compromisso com a sociedade.

Declaro que serão atendidas todas as condições estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 000018/2018.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa





---

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 000018/2018

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar de declarar fatos supervenientes.

Local e data.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)



**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 000018/2018

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 000018/2018

Declaramos, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região – CREF2/RS, pelo Pregão Eletrônico nº 000018/2018, que nos quadros da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou funcionário em exercício no CREF2/RS e Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e funcionário em exercício no CREF2/RS e CONFEF, bem como empregados a serem utilizados na prestação dos serviços que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou funcionário em exercício no CREF2/RS e CONFEF.

Assinatura do Proprietário, Dirigentes ou Sócios, conforme o caso.

Carteira de Identidade

**ATENÇÃO: A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVE SER FIRMADA PELO PROPRIETÁRIO, DIRIGENTES DA EMPRESA, CONFORME O CASO.**



---

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 000018/2018**

Para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 000018/2018, a(o) \_\_\_\_\_ (NOME COMPLETO DO CONCORRENTE), CNPJ \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

DECLARA, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

Nome e identificação do declarante

OBS.: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal da licitante.

ANEXO VII - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO 2018/000XXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000018/2018

TERMO DE CONTRATO 2018/0000XX QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO E XXXXXXXXXXXX PARA IMPRESSÃO GRÁFICA DA AGENDA 2019 DO CREF2/RS.

**CONTRATANTE:** O Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região – CREF2/RS, por intermédio de seu Presidente José Edgar Meurer, inscrita no CPF xxxx, RG xxxxx, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na Rua Coronel Genuíno, nº 421, conjunto 401, bairro Centro, em Porto Alegre – RS, inscrito no CNPJ sob o n. 03.566.870/0001-10.

**CONTRATADA:** A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... estabelecida na ..... neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo seu ..... Sr.(a) ....., portador da Cédula de Identidade n. ....SSP/..... e CPF nº ....., de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração/contrato social/estatuto social.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**31 OBJETO**

31.1 O objeto desta contratação é a confecção e fornecimento de impressão gráfica de exemplares da Agenda 2019 do CREF2/RS, conforme especificações constantes do quadro abaixo:

AGENDA 2019 DO CREF2/RS
<b>Formato:</b> 110 x 192 mm
<b>Capa:</b> Capa e contracapa: 115 x 197 mm, em papelão – revestido por papel couchê 150 g/m <sup>2</sup> , impressão 4x0 – acabamento com laminação fosca na frente em ambas as capas. Folhas de guarda (coladas na capa e contra-capas): em papel alta alvura de 180 g/m <sup>2</sup> , sem impressão
<b>Miolo:</b> 160 páginas, 110 x 192 mm, 1X1 cor em Off-set 63 g/m <sup>2</sup>
<b>Lombada:</b> Colocação de wire-o com furação quadrada, na cor que melhor combinar
<b>Embalagem:</b> Invólucro individual, em polietileno preto de baixa densidade, lacrado, com impressão 1x0 na cor branca
<b>Arte gráfica:</b> Capa e miolo personalizados definidos e enviados pelo CREF2/RS
<b>Prova:</b> Impressão completa do material (capa, miolo e embalagem) com acabamento, que deve ser encaminhada via sedex para aprovação conforme prazos estabelecidos em contrato.
<b>Quantidade:</b> 16.200 (dezesesseis mil e duzentos)

31.2 A impressão deve atender ao especificado no item 1.1 não sendo admitida qualquer alteração, tanto na impressão, quanto na arte gráfica, que será personalizada e definida pelo CREF2/RS sendo de sua inteira responsabilidade.

31.3 A contar do envio da arte, deverá ser entregue prova (boneco) com impressão completa do material (capa, miolo e embalagem) e acabamento, que deve ser encaminhada ao CREF2/RS no prazo de até 5 (cinco) dias. A reprovação da prova implica no reenvio da mesma de forma impressa ou arquivo PDF, a critério do CREF2/RS. O prazo para reenvio da prova será de 3 (três) dias corridos para prova impressa e 2 (dois) dias para prova em PDF. O CREF2/RS enviará expressamente a aprovação da prova juntamente com a ODS para produção do material.

31.4 A reprovação da prova implica no reenvio da mesma de forma impressa ou arquivo PDF, a critério do CREF2/RS.

31.5 O CREF2/RS enviará expressamente a aprovação da prova.

### **32 PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO**

32.1 Serão enviadas Ordens de Serviço (ODS) para produção e entrega do material, nesta estarão definidas a quantidade e o local de entrega, dentro de Porto Alegre.

32.1.1 As duas entregas serão realizadas em Porto Alegre na mesma data em endereços diferentes.

32.2 O prazo para entrega do primeiro pedido é de 15 (quinze) dias corridos a contar do envio da ODS e da aprovação da prova.

### **33 VALOR DO CONTRATO**

33.1 A despesa com a execução do objeto deste contrato é de R\$ XXXXXX,XXXXX (xxxxxxxxxxx), sendo que o custo unitário de cada exemplar é de R\$ XXXXXX,XXXXX (xxxxxxxxxxx).

### **34 LOCAL DE ENTREGA**

34.1 Em Porto Alegre, em endereço definido na Ordem de Compra especificado pelo Conselho.

### **35 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

35.1 As despesas decorrentes deste pregão correrão à conta dos recursos específicos: 6.2.2.1.01.01.040 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

### **36 ENCARGOS DAS PARTES**

36.1 As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

36.2 A contratada deve:

36.2.1 Todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

36.2.2 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do avençado.

36.2.3 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CREF2/RS a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

36.2.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 2 (dois) dias corridos, contado da solicitação do CREF2/RS, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções.

36.2.5 Responder pelos danos causados diretamente ao CREF2/RS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos.

36.2.6 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos produtos.

36.2.7 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao CREF2/RS provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

36.3 São expressamente vedadas à contratada:

36.4 A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização do CREF2/RS;

36.5 A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

36.6 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CREF2/RS, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, durante o período de fornecimento.

36.7 O CREF2/RS deve:

36.8 Emitir a Ordem de Compra.

36.9 Enviar as artes dos materiais a serem impressos.

36.10 Nomear fiscal para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

36.11 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.



36.12 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

### **37 RECEBIMENTO DO OBJETO**

37.1 Os produtos serão recebidos:

37.1.1 Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação e com a amostra aprovada, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva Ordem de Compra/Nota de Empenho.

37.1.2 Definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento provisório;

37.2 O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

37.3 O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas e com as provas aprovadas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CREF2/RS as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

### **38 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO DA ATA**

38.1 Apresente ata fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 000018/2018 constante dos processos PAC 2018/000084, bem como à proposta da contratada.

### **39 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

39.1 A contratante realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento definitivo dos produtos e da apresentação do documento fiscal correspondente.

39.1.1 A nota fiscal será emitida no valor total em Reais (R\$), considerando os valores em centavos com apenas as duas primeiras casas decimais, sendo eliminadas as casas decimais a partir da terceira.

39.2 O pagamento será realizado por meio de boleto emitido pela contratada, sem custo, e encaminhado juntamente com a nota fiscal.

39.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

39.3.1 O descumprimento, pela contratada, do estabelecido no item 9.3, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

39.3.2 A contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste contrato.

39.3.3 No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

39.3.4 O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

39.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não podendo acarretar qualquer ônus adicional para o CREF2/RS, nem deverá haver prejuízo do fornecimento dos serviços prestados pela CONTRATADA.

#### **40 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

40.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

40.1.1 Apresentar documentação falsa;

40.1.2 Fraudar a execução do contrato;

40.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

40.1.4 Cometer fraude fiscal; ou

40.1.5 Fizer declaração falsa.

40.2 Para os fins do item 12.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

40.3 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento ou de inexecução do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 12.4, 12.5 e 12.6 abaixo, com as seguintes penalidades:

40.3.1 Advertência.

40.3.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CREF2/RS, por prazo não superior a dois anos;

40.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

40.3.4 Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos.

40.4 Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita a multa equivalente a 1% (um por cento) do valor unitário do bem em atraso, por dia, por unidade, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor empenhado.

40.4.1 Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega até o limite de 20 (vinte) dias.

40.5 Em caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do valor empenhado.

40.5.1 Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega superior a 20 (vinte) dias.

40.6 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.

40.6.1 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

40.6.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

40.7 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

#### **41 FISCALIZAÇÃO E ATESTO**

41.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

41.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

41.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



#### 42 DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

42.1 O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, prorrogáveis, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

#### 43 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

43.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### 44 DA RESCISÃO

44.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

44.2 A rescisão deste contrato pode ser:

44.3 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

44.4 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

44.5 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

44.6 A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

44.7 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### 45 DISPOSIÇÕES GERAIS

45.1 Caso não haja indicação nos prazos estabelecidos, a contagem dos mesmos será em dias corridos.

45.2 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Alegre/RS, xxx de xxxx de 2018.

Assinaturas:

\_\_\_\_\_  
José Edgar Meurer  
Presidente CREF2/RS  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:  
CPF:

NOME:  
CPF: